

Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Banco C6 S.A. e controladas

31 de dezembro de 2025

com relatório dos Auditores Independentes

ÍNDICE

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balço patrimonial	9
Demonstração de resultado	10
Demonstração do resultado abrangente	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração do fluxo de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial	14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezado leitor,

O Banco C6 S.A. ("C6 Bank"), líder do conglomerado prudencial, situado em São Paulo, é um banco completo para pessoas físicas, MEIs e pequenas e médias empresas, que forma um grupo ("Grupo C6 Bank") que reúne também o Banco C6 Consignado S.A. ("C6 Consig"), a C6 Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("C6 CTVM"), empresas de tecnologia para meios de pagamento e assessorias de seguros. Juntas, as empresas somam cerca de 4 mil funcionários.

Impacto social

O Grupo C6 Bank atua de forma integrada para responder às demandas da sociedade, aos cuidados com o meio ambiente e aos desafios climáticos. Essa atuação é estruturada por meio da agenda de ESG, que orienta práticas responsáveis nas dimensões social, ambiental, climática e de governança, incorporadas à estratégia corporativa, aos produtos e aos serviços.

No pilar ambiental e climático, o banco consolidou avanços relevantes na agenda de descarbonização, em um contexto de fortalecimento da agenda climática global, com a COP30 realizada no Brasil, reforçando seu compromisso com o tema por meio da participação no evento e de ações de engajamento com o público.

Em 2025, também apuramos o primeiro resultado da meta de redução de 54,6% das emissões de GEE de escopos 1 e 2 até 2033, com base nos dados de 2024, alcançando uma redução de 4,87%. Conquistamos o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol (FGV) em nosso inventário de emissões e avançamos em ações de menor impacto ambiental, como o incentivo ao uso de etanol em veículos alugados, além de iniciativas de educação ambiental, com 1.600 educadores formados em 10 instituições.

Em social, fortalecemos iniciativas de educação financeira, com destaque para a integração com a plataforma Meu Bolso em Dia da FEBRABAN para clientes, lançado em abril de 2024, e para a Jornada Financeira realizada na região metropolitana de Porto Alegre, ampliando o acesso ao conhecimento financeiro e à autonomia da população local. Também destinamos mais de R\$ 2 milhões a projetos incentivados e impactamos 4,5 mil pessoas por meio de ações de responsabilidade social corporativa ao longo de 2025. Também realizamos uma campanha emergencial de apoio ao estado do Paraná, em resposta aos impactos causados por ciclones extratropicais, reforçando nosso compromisso com a atuação responsável diante de eventos climáticos extremos.

Na dimensão de governança, a atuação do banco é pautada pela Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que reúne as diretrizes do tema, é pública e orienta os processos internos. Em 2025, avançamos na atualização do plano de efetividade da PRSAC, com a definição de indicadores, critérios de avaliação e mecanismos de acompanhamento, fortalecendo a gestão de riscos sociais, ambientais e climáticos.

Em produtos e serviços, todos produtos seguem com avaliação de critérios ESG antes do seu lançamento. Também contamos com produtos de impacto positivo, como o Extrato de Carbono, com mais de 1,1 milhões de usuários, e a ferramenta de doar dentro do aplicativo do C6 Bank. Mantemos o compromisso com acessibilidade, diversidade, por meio do Cartão Rainbow, e com o meio ambiente, por meio do Cartão Acqua, nosso cartão biodegradável.

Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício

Junto a este Relatório da Administração, apresentamos as informações do conglomerado prudencial do C6 Bank, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Tais demonstrações, tem finalidade específica e foram elaboradas de acordo com os requisitos da Resolução CMN nº 4.950/21 e regulamentações complementares; normativos estes que estabelecem conceitos específicos de consolidação para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Desempenho financeiro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o conglomerado possuía R\$ 83,5 bilhões de operações de crédito, R\$ 6,1 bilhões de patrimônio líquido e R\$ 148,0 bilhões de ativos totais. O lucro líquido foi de R\$ 2,5 bilhões.



Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Banco C6 S.A.

31 de dezembro de 2025

Audidores independentes

A política do C6 Bank na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Agradecimentos

O C6 Bank agradece seus colaboradores pelo empenho e talento que permitiu o desenvolvimento de uma plataforma bancária em tempo recorde, e aos nossos milhões de clientes pela confiança depositada.

(Aprovada pela Administração em 02 de fevereiro de 2026).



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionistas
Banco C6 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco C6 S.A. ("Instituição" ou "Conglomerado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, de propósito especial, previstas na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.950 e Resolução do Banco Central do Brasil (BCB) nº 168, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na Nota 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações financeiras, que foram elaboradas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução CMN nº 4.950 e Resolução BCB nº 168. Consequentemente, o nosso relatório



Banco C6 S.A.

sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras individuais para fins gerais

O Banco C6 S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem ressalva, em 2 de fevereiro de 2026.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, de acordo com a Resolução CMN nº 4.950 e Resolução BCB nº 168, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na Nota 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.



Banco C6 S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras

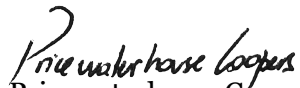


Banco C6 S.A.

consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 2 de fevereiro de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5


Pedro Henrique Pereira de Sousa
Contador CRC 1RJ119141/O-8

BALANÇO PATRIMONIAL**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025****(EM MILHARES DE REAIS)**

Ativo	Nota	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.998.003
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	6	
Títulos e valores mobiliários	6.1	2.709.085
Derivativos	6.2	235.384
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	7	
Títulos e valores mobiliários	7.1	12.138.086
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	8	
Operações de crédito	8.1	83.485.667
Títulos e valores mobiliários	8.2	23.329.704
Outros ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	8.4	7.534.003
Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito	8.3	11.614.933
(-) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	8.1	(4.598.554)
Outros ativos	9	3.395.138
Ativos fiscais	18	3.896.230
Investimentos	10	1.076.693
Imobilizado de uso	11	227.908
(-) Depreciação	11	(99.972)
Intangível	12	59.409
(-) Amortização	12	(21.336)
Total do ativo		147.980.381
Passivo	Nota	31/12/2025
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	13	
Depósitos	13	81.069.001
Obrigação por cessão de crédito	13.1	21.680.941
Recursos de aceites e emissões de títulos	13	7.614.152
Empréstimos e repasses	13	7.461.585
Dívidas subordinadas	13.2	2.928.398
Outros passivos financeiros	13.3	18.236.792
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Derivativos	6.2	117.200
Provisões	14	179.197
Obrigações fiscais	18	226.580
Outros passivos	15	2.334.375
Total do passivo		141.848.221
Patrimônio líquido	16	
Capital social		1.103.177
Reservas de capital		146.215
Reserva legal		58.062
Reservas de lucros		992.291
Outros resultados abrangentes		(30.624)
Participação de não controladores		3.863.039
Total do patrimônio líquido		6.132.160
Total do passivo e do patrimônio líquido		147.980.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO**EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025****(EM MILHARES DE REAIS)**

	Nota	31/12/2025	
		2º semestre	Exercício
Receitas de intermediação financeira		11.389.750	20.674.200
Operações de crédito		7.192.196	12.852.350
Resultado de operações com instrumentos financeiros		4.103.049	7.666.829
Resultado de operações de câmbio		94.505	155.021
Despesas de intermediação financeira		(9.259.329)	(16.790.412)
Operações de captação no mercado		(7.437.766)	(13.718.915)
Operações de empréstimos e repasses		(300.124)	(554.200)
Provisão para perda associada ao risco de crédito	8.1	(1.521.439)	(2.517.297)
Resultado da intermediação financeira		2.130.421	3.883.788
Receitas e despesas operacionais		(770.291)	(1.096.191)
Receita de prestação de serviço	19	1.191.572	2.229.360
Despesas de pessoal	20	(510.091)	(972.886)
Despesas de depreciação e amortização	21	(18.322)	(39.640)
Outras despesas administrativas	21	(1.126.313)	(2.070.148)
Despesas tributárias		(236.391)	(387.516)
Resultado de participação em coligadas e controladas		162.231	244.389
Outras receitas e despesas operacionais	22	(232.977)	(99.750)
Resultado operacional		1.360.130	2.787.597
Outras receitas e despesas não operacionais		1.450	3.144
Resultado não operacional		1.450	3.144
Resultado antes da tributação		1.361.580	2.790.741
Imposto de renda e contribuição social		131.679	(91.666)
Participação estatutária nos resultados		(82.189)	(238.573)
Lucro líquido do semestre/exercício		1.411.070	2.460.502
Participação de não controladores		645.497	840.108
Participação de controladores		765.573	1.620.394

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025****(EM MILHARES DE REAIS)**

	31/12/2025	
	2º semestre	Exercício
Lucro líquido do semestre/exercício	1.411.070	2.460.502
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(12.177)	(8.742)
Efeito tributário do ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros	2.207	1.365
Ajuste a valor de mercado coligadas e controladas	(1.271)	16.862
Hedge de investimento no exterior	-	38.531
Ajustes de conversão de moeda	-	(71.256)
(=) Resultado abrangente total	1.399.829	2.437.262
Resultado abrangente de acionistas não controladores	647.670	841.252
Resultado abrangente de acionistas controladores	752.159	1.596.010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reservas de lucro	Outros resultados abrangentes	Lucros ou prejuízos acumulados	Participação de controladores	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	16	6.930.989	151.486	-	-	(7.384)	(3.596.908)	3.478.183	1.296.266	4.774.449
Ajuste conforme Resolução CMN nº 4.966/2021		-	-	-	-	-	(706.570)	(706.570)	(75.029)	(781.599)
Aumento de capital	3	401.196	-	-	-	-	-	401.196	-	401.196
Redução de capital	3	(6.229.008)	-	-	-	-	3.941.144	(2.287.864)	2.287.864	-
Ajuste a valor de mercado sobre instrumentos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-	9.485	-	9.485	1.144	10.629
Ajustes de conversão de moeda		-	-	-	-	(71.256)	(25.189)	(96.445)	-	(96.445)
Hedge de investimento no exterior		-	-	-	-	38.531	-	38.531	-	38.531
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.620.394	1.620.394	840.108	2.460.502
Outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais	17	-	(5.271)	-	-	-	-	(5.271)	-	(5.271)
Constituição de reservas		-	-	58.062	992.291	-	(1.050.353)	-	-	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	(182.518)	(182.518)	(487.314)	(669.832)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	16	1.103.177	146.215	58.062	992.291	(30.624)	-	2.269.121	3.863.039	6.132.160
Saldos em 30 de junho de 2025	16	6.930.989	130.935	-	125.000	(19.383)	(3.594.445)	3.573.096	1.414.819	4.987.915
Aumento de capital	3	401.196	-	-	-	-	-	401.196	-	401.196
Redução de capital	3	(6.229.008)	-	-	-	-	3.941.144	(2.287.864)	2.287.864	-
Ajuste a valor de mercado sobre instrumentos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-	(11.241)	-	(11.241)	2.173	(9.068)
Ajustes de conversão de moeda		-	-	-	-	-	(4.401)	(4.401)	-	(4.401)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	765.573	765.573	645.497	1.411.070
Outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais	17	-	15.280	-	-	-	-	15.280	-	15.280
Constituição de reservas		-	-	58.062	992.291	-	(1.050.353)	-	-	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(125.000)	-	(57.518)	(182.518)	(487.314)	(669.832)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	16	1.103.177	146.215	58.062	992.291	(30.624)	-	2.269.121	3.863.039	6.132.160

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	31/12/2025	
		2º semestre	Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício		1.411.070	2.460.502
Ajustes ao resultado			
Depreciações e amortizações	11 e 12	18.322	39.640
Provisão para perdas líquidas e de recuperações	8.1	1.521.439	2.517.297
Imposto de renda e contribuição social no período	18	(131.679)	91.666
Participação em controladas e coligadas	10	(162.231)	(244.389)
Outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais	16	20.551	5.271
Participação estatutária no resultado		82.189	238.573
Passivo contingentes	14	47.999	77.039
Ajustes de conversão de moeda		65.450	32.725
Outros		5.433	448
Resultado ajustado		2.878.543	5.218.772
Aumento / (redução) de ativos e passivos			
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		-	-
Títulos e valores mobiliários		(656.981)	(1.275.078)
Derivativos		59.800	130.432
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Títulos e valores mobiliários		(6.040.205)	5.242.750
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado			
Operações de crédito		(17.069.785)	(30.259.740)
Títulos e valores mobiliários		3.720.949	4.976.619
Outros ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		(603.922)	(1.378.875)
Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito		(1.563.400)	(11.614.933)
Outros ativos		(1.251.344)	(102.249)
Ativos fiscais		30.007	(701.337)
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado			
Depósitos		7.732.564	14.639.155
Obrigação por cessão de crédito		4.513.486	4.082.837
Recursos de aceites e emissões de títulos		3.437.293	(603.915)
Empréstimos e repasses		63.904	2.946.940
Dívidas subordinadas		374.350	1.368.164
Outros passivos financeiros		3.198.959	7.218.934
Provisões		42.599	42.532
Obrigações fiscais		14.914	(248.112)
Outros passivos		1.043.600	901.261
Caixa (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		(74.669)	584.157
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Aumento de capital	16	401.196	401.196
Juros sobre capital próprio pagos	16	(669.832)	(669.832)
Caixa usado nas atividades de financiamento		(268.636)	(268.636)
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	5	3.341.308	2.682.482
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	2.998.003	2.998.003
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa		(343.305)	315.521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco C6 S.A. ("C6 Bank"), líder do conglomerado prudencial, é uma companhia de capital fechado que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comercial e de investimento.

O C6 Bank foi constituído em 02 de outubro de 2018 e recebeu licença bancária do BACEN em 18 de janeiro de 2019.

O JPMorgan Chase possui uma participação indireta de 46% no C6. O C6 Bank é controlado pela N7 Holding S.A., que detém 100% do seu capital total.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com o estabelecido pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e BACEN, e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A apresentação das contas do Balanço Patrimonial está por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante, cuja segregação está apresentada nas notas explicativas.

Tais demonstrações, tem finalidade específica e foram elaboradas de acordo com os requisitos da Resolução CMN nº 4.950/21 e regulamentações complementares; normativos estes que estabelecem conceitos específicos de consolidação para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Essas práticas contábeis incluem os critérios gerais e os procedimentos para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos na Resolução CMN nº 4.818/20 e na Resolução BACEN nº 02/20, bem como os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.924/21.

Os valores comparativos não estão sendo apresentados, considerando os critérios da Resolução CMN nº 4.966/21 em que foi dispensada a apresentação dos valores comparativos referentes a períodos anteriores, conforme previsto no artigo 79 dessa resolução, que determina a dispensa da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2025.

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com essas práticas, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do permanente (imobilizado de uso e intangível), provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, ativos fiscais diferidos, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. As estimativas e premissas adotadas são monitoradas continuamente, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, ajustando-se prospectivamente. Essas estimativas foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado de outra forma. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 02 de fevereiro de 2026.

2.1 BASE DE CONSOLIDAÇÃO

Nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram eliminados os valores oriundos de transações entre empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e despesas.

As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na variação dos elementos patrimoniais pela controladora e pelas empresas incluídas na consolidação foram uniformemente aplicadas.

A seguir estão apresentadas as entidades participantes do Conglomerado Prudencial nas demonstrações:

Nome	País	Participação
Entidades participantes do Conglomerado Prudencial		
Banco C6 S.A.	Brasil	(i)
C6 Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Brasil	-
Banco C6 Consignado S.A.	Brasil	-
C6 Cayman Branch	Cayman	100%
Fundos de investimento		
Fundo Carbono FIM CP IE	Brasil	100%
C6 Bank TV1 FIDC NP	Brasil	100%

(i) O Banco C6 S.A. é o líder do Conglomerado Prudencial perante o BACEN.

Em 31 de dezembro de 2025 o C6 Bank não detém participação na C6 Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("C6 CTVM") e no Banco C6 Consignado S.A. ("C6 Consignado"), em função das reorganizações societárias divulgadas (Nota 3). Cabe ressaltar que, mesmo não detendo participação, as entidades mencionadas fazem parte do Conglomerado Prudencial do C6 Bank e, dessa forma, estão sendo apresentadas de forma consolidada.

A seguir estão apresentadas as informações financeiras das entidades participantes do conglomerado, com seus respectivos montantes de ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado:

	C6 Bank (i)	C6 Consignado	C6 CTVM	Outros/ Eliminações	Total
Ativo	102.694.546	53.143.390	11.383.595	(19.241.150)	147.980.381
Passivo	100.497.061	49.711.722	10.952.224	(19.312.786)	141.848.221
Patrimônio Líquido	2.197.485	3.431.668	431.371	71.636	6.132.160
Resultado	1.161.235	1.044.896	116.655	137.716	2.460.502

(i) Banco C6 S.A. inclui a agência no exterior, C6 Cayman Branch.

O resultado do exercício referente à participação de não controladores apresentado nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente se referem ao resultado da C6 CTVM e do C6 Consignado apurado no período após as reorganizações societárias (Nota3).

2.2 MOEDA FUNCIONAL

A moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera. O real é a moeda funcional e de apresentação do C6 Bank. As informações financeiras quantitativas, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas em milhares de reais (R\$ mil).

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais são reconhecidos de acordo com os requisitos das Resoluções CMN 4.924/21 e CMN 4.817/20.

2.3 ADOÇÃO DE NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

Normas e interpretações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025:

Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23 - dispõem sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), incorporando conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 foi implementada sem efeitos retroativos. Os ajustes decorrentes da reclassificação e mensuração dos ativos financeiros foram registrados em 1º de janeiro de 2025, com contrapartida no Patrimônio Líquido.

Conforme requerido no Art. 78 da Resolução CMN nº 4.966/21, divulgamos abaixo os impactos estimados da adoção da Resolução a partir de 1º de janeiro de 2025:

CLASSIFICAÇÃO INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Anteriormente, os instrumentos financeiros eram classificados sob as categorias "Negociação", "Mantido até o Vencimento" e "Disponível para Venda", conforme a Circular 3.068. Com a atualização para a Resolução BCB 4.966/21, houve uma reformulação dessas classificações, que agora passam a considerar o modelo de negócios e as condições específicas de cada contrato.

Desse modo, os títulos e valores mobiliários estão classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio de resultado (VJR), sem impacto decorrente de mudança na mensuração.

PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

A partir da Resolução BCB nº 4.966/21, adotou-se o modelo de perdas esperadas, no qual a instituição reconhece as perdas esperadas desde o momento do reconhecimento inicial da operação, considerando-se eventos passados, do presente e previstos, exceto para ativos financeiros cujo prazo de liquidação seja de até 12 meses e que não sejam operações de crédito, títulos e valores mobiliários transações de arrendamento mercantil ou transações de pagamento, para os quais fica facultada a avaliação da perda esperada associada ao risco de crédito (PE) com base no atraso no pagamento de principal ou de encargos, no histórico de perdas e outras informações cadastrais, de adimplemento ou inadimplemento relativas à contraparte.

IMPACTOS PARA APURAÇÃO DOS IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

Quanto ao estoque de perdas, conforme a Lei nº 14.467, conversão da Medida Provisória nº 1.128/22, perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas a créditos em determinadas condições foram excluídas do lucro líquido, lucro real e base da CSLL a partir do mês de janeiro de 2026.

IMPACTOS NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Conforme Art. 70 Parágrafo único, foram registrados na conta de lucros ou prejuízos acumulados os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, líquidos dos efeitos tributários. O impacto dos ajustes no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos fiscais, foi de redução de R\$ 781.599.

Resolução BCB nº 435/24 – com início de vigência em 1º de janeiro de 2025, altera a Resolução BCB nº 02/2020 que dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Foram incluídos novos requisitos relacionados à divulgação de informações financeiras de sustentabilidade, exigindo das instituições financeiras a elaboração e divulgação de relatórios de sustentabilidade como parte de suas demonstrações financeiras consolidadas. A obrigatoriedade aplica-se a partir do exercício de 2026 para instituições registradas como companhia aberta ou líderes de conglomerado prudencial enquadrado no S1 ou S2; a partir do exercício de 2028, para as demais.

Resolução CMN nº 4.975/21 e Resolução BCB nº 178/22 - com início de vigência em 1º de janeiro de 2025, dispõem sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil, incorporando conceitos do CPC 06 - Arrendamentos. Conforme permitido pela norma, o Banco C6 adotou a aplicação prospectiva para os novos contratos, conforme previsto, e, até o momento, não há novos contratos sujeitos a essa contabilização.

A administração adotou as normas e interpretações descritas acima de forma prospectiva, sem impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações que entrarão em vigência após 31 de dezembro de 2025:

Resolução CMN nº 5.185/2024 - Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade: Dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração e divulgação de relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade pelas instituições financeiras, alinhado aos padrões internacionais emitidos pelo ISSB, devendo as informações ser integradas às demonstrações financeiras e submetidas à assecuração por auditor independente. A aplicação é requerida para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026, conforme o porte e o segmento prudencial da instituição.

Emenda Constitucional nº 132/2023 – alterou o sistema de tributação sobre o consumo, com a instituição do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo. A norma estabelece um período de testes, a partir de 2026 e a implementação gradual a partir de 2027.

A administração não espera que a adoção das normas e interpretações descritas acima tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras.

2.4 RESULTADOS NÃO RECORRENTES

De acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BACEN nº 02/2020, considera-se resultado não recorrente o resultado que:

- i. Não esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- ii. Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Em 31 de dezembro de 2025, o conglomerado não incorreu em resultados não recorrentes.

3. EVENTOS SOCIETÁRIOS

Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária do Banco C6 S.A., realizada em 5 de junho de 2025, foi aprovada a redução do capital social de R\$ 6.959.769 para R\$ 3.018.625, com o objetivo de absorver prejuízos acumulados apurados no balanço patrimonial de 30 de abril de 2025. A redução não implicou cancelamento de ações.

Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária do Banco C6 S.A. realizada em 5 de junho de 2025, foi aprovada a redução do capital social do C6 Bank de R\$ 3.018.625 para R\$ 730.761. A redução foi realizada sem cancelamento de ações, mediante restituição ao sócio único, N7 Holdings S.A., por meio de transferência, pelos respectivos valores contábeis, de suas participações no Banco C6 Consignado S.A. (R\$ 1.779.829) e na C6 Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda (R\$ 508.035). Em decorrência dessa transferência, o controle da C6 CTVM e do C6 Consignado, anteriormente detido pelo Banco C6 S.A., passou a ser exercido integralmente pela N7 Holding S.A.

O Banco Central do Brasil aprovou tais reduções de capital em reunião no dia 30 de julho de 2025. O Banco C6 S.A. permanece como líder do Conglomerado Prudencial, cujo participantes permanecem os mesmos após os atos societários.

Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária do Banco C6 S.A. realizada em 29 de outubro de 2025, foi aprovado o pagamento à N7 Holding de juros sobre o capital próprio, no valor bruto total de R\$ 182.518, antes da incidência de impostos aplicáveis. O valor de R\$ 126.202 foi pago no exercício de 2025, sendo o remanescente de R\$ 28.938 registrado em valores a receber, com liquidação ocorrida no mês de janeiro de 2026.

Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária do Banco C6 Consignado S.A. realizada em 29 de outubro de 2025, foi aprovado o pagamento à N7 Holding de juros sobre o capital próprio, no valor bruto total de R\$ 440.000, antes da incidência de impostos aplicáveis. O valor de R\$ 304.238 foi pago no exercício de 2025, sendo o remanescente de R\$ 69.762 registrado em valores a receber, com liquidação ocorrida no mês de janeiro de 2026.

Conforme ata da Reunião de Sócios da C6 Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda realizada em 29 de outubro de 2025, foi aprovado o pagamento à N7 Holding de juros sobre o capital próprio, no valor bruto total de R\$ 47.314, antes da incidência de impostos aplicáveis. O valor de R\$ 32.716 foi pago no exercício de 2025, sendo o remanescente de R\$ 7.502 registrado em valores a receber, com liquidação ocorrida no mês de janeiro de 2026.

Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de outubro de 2025, foi aprovado o aumento de capital no Banco C6 S.A. de R\$ 730.761 para R\$ 1.131.957, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 398.170.140 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O Banco Central do Brasil aprovou o aumento de capital em 18 de novembro de 2025.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo conglomerado são aplicadas de forma consistente em todo o período apresentado nestas Demonstrações Financeiras.

4.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

4.2 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos quando o C6 Bank se torna parte da disposição contratual do instrumento na data de negociação (data em que o C6 Bank se compromete a vender ou comprar o ativo).

No reconhecimento inicial, o C6 Bank mensura um ativo financeiro ou passivo financeiro pelo seu valor justo mais ou menos, os custos de transação que são incrementais e diretamente atribuídos à emissão ou aquisição do ativo ou passivo (caso estes não sejam ao valor justo por meio do resultado). Para ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação são considerados despesas.

Para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e investimentos em instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, após o reconhecimento inicial, é reconhecida uma provisão para perda de crédito esperada, que resulta em uma perda contábil sendo reconhecida no resultado quando um ativo é recém originado.

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros é diferente do reconhecimento inicial ou preço de transação, a diferença é reconhecida pelo C6 Bank como:

- (i) Ganho ou perda quando o valor justo é evidenciado por um preço de cotação no mercado ativo ou técnica de avaliação usando apenas dados de mercados observáveis; ou
- (ii) Amortizado durante a vida do instrumento; diferido até que o valor justo do instrumento possa ser medido por entradas observáveis de mercado; ou realizada por meio de liquidação, para todos os demais casos.

4.3 CLASSIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração:

CUSTO AMORTIZADO: utilizado quando os ativos financeiros são administrados para coletar os fluxos de caixa contratuais, consistindo apenas nos pagamentos de principal e juros.

VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES: utilizado quando os ativos financeiros são mantidos tanto para coletar os fluxos de caixa contratuais, consistindo apenas nos pagamentos de principal e juros, quanto para venda. Os movimentos no valor contábil são feitos por meio de outros resultados abrangentes, exceto para o reconhecimento de: (i) ganhos ou perdas por redução ao valor recuperável, (ii) receita de juros e (iii) ganhos e perdas cambiais sobre o custo amortizado do instrumento (que são reconhecidos no lucro ou perda);

VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO: utilizado para os ativos financeiros que não atendem aos critérios descritos acima.

A classificação e subsequente mensuração dos ativos financeiros depende de:

- (i) modelo de negócios em que são administrados, e
- (ii) as características de seus fluxos de caixa.

O modelo de negócios representa a forma como os ativos financeiros são gerenciados para gerar e coletar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento observado individualmente. Os fatores considerados pelo C6 Bank na determinação de um modelo de negócios relacionado a um grupo de ativos incluem a expectativa de como os fluxos de caixa são coletados, a forma como os riscos relacionados ao grupo de ativos é avaliada e como o desempenho do ativo é mensurado e reportado a administração. Os ativos financeiros podem ser gerenciados com a finalidade de:

- (i) coleta de fluxos de caixa contratuais;
- (ii) obter, coletar fluxos de caixa contratuais e vender; ou
- (iii) venda.

4.4 PERDA DE CRÉDITO ESPERADA

O C6 Bank faz uma avaliação prospectiva da perda de crédito esperada sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou por meio de outros resultados abrangentes, compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira:

- Ativos financeiros: a perda é medida pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o C6 Bank espera receber.
- Compromissos de empréstimos: a perda esperada é medida pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos se o compromisso fosse sacado e os fluxos de caixa que o C6 Bank espera receber.
- Garantias financeiras: a perda é medida pela diferença entre os pagamentos esperados para ressarcimento da contraparte e os valores que o C6 Bank espera recuperar.

O C6 Bank aplica uma abordagem em três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, em que os ativos financeiros migram de um estágio para o outro de acordo com as variações do risco de crédito, classifica seus ativos financeiros em três estágios distintos de acordo com a variação do risco de crédito desde o seu início reconhecimento. Com base no aumento ou diminuição do risco de crédito, o ativo financeiro tende a migrar entre os três estágios.

Estágio 1: Ativos financeiros que não apresentaram aumento significativo do risco de crédito. Perda de crédito esperada para os próximos 12 meses, considerando todos os eventos de possível inadimplência naquele período.

Estágio 2: Ativos financeiros que apresentam aumento significativo do risco de crédito. Perda de crédito esperada ao longo da vida do ativo financeiro, considerando todos os eventos de inadimplência naquele período.

Estágio 3: Ativos financeiros que demonstraram que não serão totalmente pagos. Perda de crédito esperada ao longo da vida do ativo financeiro, considerando todos os eventos de inadimplência naquele período.

4.5 CRITÉRIOS PARA DETERMINAÇÃO PARA AUMENTO OU REDUÇÃO SIGNIFICATIVA DO RISCO DE CRÉDITO

O C6 Bank avalia se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial por meio de gatilhos (indicadores) relativos e absolutos, que consideram o atraso e a probabilidade de inadimplência (PD) por grupo de produtos das operações e outras informações econômicas e qualitativas disponíveis. O C6 Bank considera os seguintes critérios objetivos como fatores mínimos:

Estágio 1 ao estágio 2: inadimplência superior a 30 dias, exceto para empréstimos garantidos por órgãos públicos, em que a inadimplência é reconhecida após 45 dias de atraso. Também sofrem migrações operações com aumento significativo de risco sinalizadas pelo modelo interno de probabilidade de default;

Estágio 2 ao estágio 3: A migração do estágio 2 para o estágio 3 ocorre quando há uma deterioração significativa na qualidade do crédito, que pode ser evidenciada por um atraso superior a 90 dias, dificuldades financeiras do devedor, como recuperação judicial, reestruturação da dívida em condições desfavoráveis, ou outros sinais que indiquem aumento relevante do risco de crédito. Esses critérios seguem as diretrizes estabelecidas pela norma.

Em conformidade com a Resolução BCB nº 352, bem como com os critérios estabelecidos na tabela do Anexo I, o C6 Bank realiza a baixa a prejuízo das operações de crédito quando a perda incorrida atinge 100%. Esse procedimento observa integralmente os parâmetros regulatórios vigentes, assegurando que o reconhecimento da perda ocorra de forma tempestiva e alinhada as normas prudenciais aplicáveis, refletindo adequadamente o risco de crédito e a recuperabilidade das operações.

A avaliação do aumento do risco de crédito é feita individualmente. A determinação da Perda Esperada, via modelo ou por deliberação do comitê, que é feita de forma individual ou coletiva.

Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base nas características de risco de crédito compartilhado, considerando o tipo de instrumento, classificações de risco de crédito, data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, entre outros fatores relevantes. Para calcular a perda de crédito esperada em uma base coletiva, o C6 Bank separa a carteira de contratos com base nas características de risco de crédito compartilhadas e usa estimativas de Probabilidade de Default (PD), Perda em função de Default (LGD) e Exposição ao Default (EAD), bem como estimativas do impacto das projeções das condições econômicas futuras.

Para fins individuais, o C6 Bank considera as condições da contraparte, como situação econômico-financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de receita, fluxo de caixa, gestão, governança corporativa e qualidade dos controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características dos ativos, tais como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Nos casos em que o C6 Bank avalia clientes corporativos, outras informações como demonstrações financeiras, nível de endividamento, capacidade de geração de receita e fluxo de caixa, experiência no setor, contingências e limites de crédito, condições de mercado existentes e estimativas futuras no final de cada exercício também são considerados.

Os títulos públicos brasileiros são considerados de baixo risco de crédito, de acordo com estudo realizado pelo C6 Bank e com base em dados históricos da economia brasileira. Portanto, eles permanecem no estágio 1.

4.6 PRINCIPAIS PRODUTOS AVALIADOS DE RISCO DE CRÉDITO

O C6 Bank avalia o risco de crédito com base no seguinte grupo de produtos:

(i) CRÉDITO PESSOAL PESSOA FÍSICA

O crédito pessoal pessoa física é composto por cartão de crédito, cheque especial, crédito pessoal e limite de crédito não utilizado. São avaliados de forma massificada dado a volumetria de operações e contrapartes, existe risco de crédito nessa carteira e hoje (com exceção aos empréstimos garantidos por órgãos públicos) é o maior público do C6 Bank.

(ii) OPERAÇÕES DE CRÉDITO CORPORATIVO

As operações de crédito corporativo consistem em capital de giro, pré-pagamento de operações, fianças bancárias e operações de comércio exterior. Esta carteira é constituída por operações de crédito com empresas de média dimensão, sendo a maior parte delas amparadas por garantias reais como imóveis residenciais e comerciais, certificados de depósito bancário e duplicatas, pelo que o risco de crédito associado a esta carteira é muito reduzido.

(iii) FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS

Esta carteira é constituída por financiamentos à pessoa física para aquisição de veículos leves, sendo amparados por garantias reais dos bens financiados, pelo que o risco de crédito associado a esta carteira é reduzido.

(iv) CRÉDITO CONSIGNADO

Os empréstimos consignados são créditos à funcionários públicos e pensionistas vinculados ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal. Os valores devidos são automaticamente deduzidos da folha de pagamento ou dos benefícios pelo empregador ou provedor de benefícios relevantes e são creditados diretamente a nós. O crédito consignado está sujeito a regulamentação detalhada, incluindo limites máximos para descontos em folha de pagamento e taxas de juros.

4.7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para proteger contra riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros e outros, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, novamente mensurados ao valor justo.

Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

4.8 DERIVATIVOS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado líquido com instrumentos financeiros".

4.9 DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Os instrumentos financeiros são mensurados de acordo com a hierarquia de mensuração do valor justo descrita abaixo:

Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.

Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseadas em modelo de precificação em que parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.

Nível 3: as informações não são observáveis para o ativo ou passivo. A informação não observável é utilizada para mensurar o justo valor na medida em que a informação observável não está disponível, permitindo assim situações em que existe pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Em certos casos, os dados usados para determinar o valor justo podem estar em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nestes casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora onde foram classificados os dados relevantes para a determinação do valor justo. Essa avaliação requer julgamento e considera fatores específicos aos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo.

4.10 CONTABILIDADE DE HEDGE

Para fins de contabilidade de hedge, o C6 Bank adotou em 2023 o Hedge de valor justo – risco de mercado, utilizando instrumentos de hedge destinados à proteção da exposição a alterações no valor justo de passivos, decorrentes da exposição a mudanças de taxa de juros.

No momento da designação inicial do hedge, o C6 Bank formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge.

Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior, a parcela do ganho ou perda sobre o instrumento de hedge que for determinada como hedge efetivo é reconhecida no Patrimônio Líquido, reclassificado para o resultado do período em caso de alienação da operação no exterior. A parcela não efetiva é reconhecida no resultado do período. Em 31 de março de 2025 o Hedge de variação cambial de investimento no exterior foi encerrado.

O C6 Bank faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de hedge, como continuamente, garantindo a existência de uma expectativa que os instrumentos de hedge sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de hedge durante o período para o qual o hedge é designado, e se essa efetividade se mantém continuamente dentro da faixa de 80% a 125%. A mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado.

A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização de hedge accounting, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método da taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

4.11 INTANGÍVEL

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do C6 Bank ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente a construção de plataforma tecnológica, amortizadas pelo método linear ao longo de 5 anos com base no prazo que o benefício é gerado e é incidente sobre o valor amortizável (correspondente ao custo de aquisição deduzido do valor residual, quando aplicável), a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso e contabilizada em Outras Despesas Administrativas – Amortização.

O valor residual desses ativos, quando aplicável, é revisado anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.

4.12 INVESTIMENTO

As participações em coligadas e empresas com controle compartilhado são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os outros investimentos permanentes estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas.

4.13 IMOBILIZADO DE USO

Registrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear com base no prazo de vida útil-econômica dos bens. A amortização é calculada pelo método linear com base nos prazos estimados de utilização e/ou de locação. O prazo de vida útil dos bens é de 5 anos para sistemas, equipamentos e móveis, e de 10 anos para instalações, melhorias e benfeitorias.

4.14 TRIBUTOS

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas Vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (*)	20%
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

(*) O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota 20% para Bancos, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

O Ativo Fiscal Diferido e as obrigações diferidas são obtidas pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando se considera provável que a instituição irá gerar lucro tributável futuro para a sua compensação. A realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e por estudo de capacidade de realização.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/20.

4.15 COMISSÕES PAGAS A CORRESPONDENTES BANCÁRIOS

Considerando-se os requisitos da Resolução CMN nº 4.935/21 e da Circular Bacen nº 3.693 de dezembro de 2013, as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade. As referidas comissões são integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas, exceto para os contratos originados a partir de 1º de janeiro de 2025, cuja comissão é considerada custo de transação, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966, e apropriada ao resultado de forma linear durante o prazo do contrato.

4.16 OUTORGA DE DIREITOS SOBRE INSTRUMENTOS PATRIMONIAIS

O C6 Bank fornece outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais a parceiros de negócios, por meio dos quais o C6 Bank recebe serviços em troca de instrumentos patrimoniais (ou opções de tais instrumentos).

O C6 Bank mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da outorga (que podem ser ações ou opções de ações conversíveis), levando em consideração as condições de mercado de cada plano na estimativa do valor justo. Os custos incorridos são reconhecidos durante o período de carência para aquisição do direito ao exercício dos instrumentos. O valor total a ser registrado como despesa é determinado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio, excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e prazos de carência.

4.17 APURAÇÃO DO RESULTADO

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata dia, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025
Disponibilidades	87.074
Aplicações no mercado aberto	542.195
Aplicações em depósitos interfinanceiros (i)	2.368.734
Total	2.998.003

(i) As aplicações em depósitos interfinanceiros são aplicações que apresentam características de alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor.

6. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

6.1 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2024						
	Valor justo	Sem vencimento	até 90 dias	de 90 a 365 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos
	2.709.085	1.527.360	702.775	23.048	289.958	77.474	88.470
Títulos públicos federais	466.787	-	17.863	15.500	284.812	68.599	80.013
Cotas de fundos de investimento	1.518.468	1.518.468	-	-	-	-	-
Títulos privados	723.830	8.892	684.912	7.548	5.146	8.874	8.457
Total	2.709.085	1.527.360	702.775	23.048	289.958	77.474	88.470
Curto prazo	725.823						
Longo prazo	455.902						

6.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O C6 Bank negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Opções - Os contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de uma contribuição, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um período limitado, incluindo um fluxo de juros, moedas estrangeiras, commodities ou instrumentos financeiros, para um contratado preço que também pode ser liquidado à vista, com base no diferencial entre índices específicos.

Contratos futuros - Os contratos futuros de taxa de juros e moeda estrangeira são compromissos de comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura por um preço ou rendimento contratado e podem ser liquidados à vista ou mediante entrega.

O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. O valor de referência representa a quantidade desses bens multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Os movimentos diários dos preços são definidos para todos os instrumentos.

(I) POR VALOR DE MERCADO E CUSTO

	31/12/2025	
	Custo	Valor de mercado
Operações de NDF		
posição ativa	32.077	36.031
posição passiva	16.321	19.932
Mercado de opções		
posição ativa	-	2.215
posição passiva	-	8.413
Contratos a termo		
posição ativa	-	15.880
posição passiva	-	13.891
Operações de swap		
posição ativa	-	177.595
posição passiva	-	73.128
Contratos de câmbio		
posição ativa	-	3.663
posição passiva	-	1.836
Posição ativa	32.077	235.384
Circulante		160.391
Não circulante		74.993
Posição passiva	16.321	117.200
Circulante		115.078
Não circulante		2.122

(II) VALOR REFERENCIAL (NOTIONAL) - POR INDEXADOR E PRAZO DE VENCIMENTO

	31/12/2025					
	Total	até 90 dias	de 90 a 365 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Operações de NDF						
Posição comprada	2.682.209	1.649.473	812.050	220.687	-	-
moeda	1.835.158	1.336.007	287.308	211.843	-	-
commodities	847.051	313.465	524.742	8.844	-	-
Posição vendida	1.410.024	1.289.829	120.195	-	-	-
moeda	1.327.956	1.273.957	53.999	-	-	-
commodities	82.068	15.871	66.196	-	-	-
Mercado de opções						
Posição vendida	256.960	147.291	109.669	-	-	-
moeda	256.960	147.291	109.669	-	-	-
Mercado de futuros						
Posição comprada	15.860.145	15.814.303	-	-	-	-
moeda	836.806	790.964	-	-	-	-
taxa de juros	15.016.460	15.016.460	-	-	-	-
commodities	6.879	6.879	-	-	-	-
Posição vendida	31.118.979	31.118.979	-	-	-	-
moeda	1.726.299	1.726.299	-	-	-	-

	31/12/2025					
	Total	até 90 dias	de 90 a 365 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
taxa de juros	29.187.703	29.187.703	-	-	-	-
commodities	204.977	204.977	-	-	-	-
Swap						
Posição comprada	5.803.434	1.986.681	1.278.902	2.528.395	9.457	-
moeda	5.546.254	1.842.681	1.168.902	2.526.675	7.997	-
taxa de juros	257.180	144.000	110.000	1.720	1.460	-
Posição vendida	1.463.571	135.875	169.298	680.801	154.821	322.775
moeda	768.507	118.676	140.689	478.742	30.400	-
taxa de juros	695.063	17.199	28.609	202.059	124.421	322.775
Contratos a termo - câmbio						
Posição comprada	510.200	483.157	27.043	-	-	-
moeda	510.200	483.157	27.043	-	-	-
Posição vendida	266.337	214.311	52.026	-	-	-
moeda	266.337	214.311	52.026	-	-	-

CONTABILIDADE DE HEDGE – HEDGE DE VALOR JUSTO

O C6 Bank, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros dos seus instrumentos financeiros, contrata operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor justo. O C6 Bank adota contabilidade de hedge de valor justo para que suas demonstrações financeiras reflitam o efeito econômico de suas estratégias de proteção. As posições em 31 de dezembro de 2025 e estavam compostas da seguinte maneira:

	31/12/2025			
	Valor contábil do objeto de <i>hedge</i>		Ajuste a valor justo do objeto de <i>hedge</i>	Valor base da inefetividade do <i>hedge</i>
Itens objeto de <i>hedge</i>	Ativo	Passivo		
Risco de taxa de juros				
Operações de crédito	59.336.701	-	1.903.145	1.903.145
TVM	3.744.538	-	1.246	1.246
Depósitos e captações	-	(45.092.877)	(667.497)	(667.497)
Total	63.081.239	(45.092.877)	1.236.895	1.236.894

Cada estratégia de proteção representa um portfólio para as quais o C6 Bank reestabelece a relação de cobertura, refletindo as diretrizes de estratégia de gerenciamento de riscos aprovadas por alçada competente, dado que tanto o item protegido quanto os instrumentos são redimensionados ao longo da vida da carteira objeto de hedge.

	31/12/2025		
	Valor referencial	Valor base para calcular a inefetividade do <i>hedge</i>	Inefetividade do <i>hedge</i> reconhecida no resultado (*)
Instrumentos de <i>hedge</i>			
Risco de taxa de juros			
Futuros	(19.762.778)	(1.182.253)	54.641
Total	(19.762.778)	(1.182.253)	54.641

(*) Representa o confronto dos valores brutos das alterações no valor do item objeto de hedge e as alterações no valor justo do instrumento de hedge registrados no resultado, que para fins de divulgação resultam no montante líquido de inefetividade do hedge.

7. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

7.1 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2025							
	Custo atualizado	Ganhos (Perdas)	Valor justo	até 90 dias	de 90 a 365 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos
Livre	12.141.317	(3.231)	12.138.086	154.720	173.278	2.070.561	5.454.716	4.284.812
Títulos públicos federais	2.802.937	(3.231)	2.799.706	154.720	98.031	2.030.441	485.334	31.181
Debêntures	9.098.821	-	9.098.821	-	-	-	4.947.804	4.151.017
Títulos privados	239.559	-	239.559	-	75.247	40.120	21.578	102.614
Total	12.141.317	(3.231)	12.138.086	154.720	173.278	2.070.561	5.454.716	4.284.812
Circulante			327.998					58.968
Não Circulante			11.810.089					4.225.844

8. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

8.1 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	31/12/2025	
	Saldo	Provisão
Empréstimos	45.842.647	(2.739.123)
Financiamentos	26.240.320	(1.478.343)
Operações de Transações de Pagamento	11.096.119	(168.797)
Valores e créditos a receber com característica de concessão de crédito	460.595	(4.707)
Ajuste a valor justo - Hedge Accounting	(154.014)	-
Subtotal	83.485.667	(4.390.969)
Limite	32.829.956	(169.097)
Crédito a Liberar	46.347	(112)
Garantia financeira	449.844	(1.421)
TVMs com característica de concessão de crédito	3.079.075	(36.955)
Total	119.890.889	(4.598.554)

(I) POR FAIXA DE VENCIMENTOS

	Vencidas	A vencer até 6 meses	A vencer de 6 a 12 meses	A vencer após 12 meses	Total	Provisão
Operações de crédito						
Empréstimos	1.578.579	9.586.133	6.741.399	28.042.247	45.948.358	(2.739.123)
Financiamentos	430.217	6.709.059	4.950.032	14.045.300	26.134.609	(1.478.343)
Operações de Transações de Pagamento	-	9.840.122	1.185.397	70.600	11.096.119	(168.797)
Valores e créditos a receber com característica de concessão de crédito	4.737	359.760	5.965	90.133	460.595	(4.707)
Total no balanço	2.013.533	26.495.074	12.882.793	42.248.280	83.639.681	(4.390.969)
Limite	-	32.829.956	-	-	32.829.956	(169.097)
Crédito a Liberar	-	46.347	-	-	46.347	(112)
Garantia financeira	-	87.946	33.618	328.279	449.844	(1.421)
TVMs com característica de concessão de crédito	29.635	1.434.024	955.183	660.233	3.079.075	(36.955)
Total	2.043.168	60.893.348	13.871.595	43.236.793	120.044.903	(4.598.554)

(II) PROVISÃO PARA PERDA DE CRÉDITO ESPERADA

	01/01/2025	Constituição / (Reversão)	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito				
Empréstimos	(1.890.781)	(2.082.336)	1.233.995	(2.739.123)
Financiamentos	(991.890)	(501.274)	14.820	(1.478.344)
Operações de Transações de Pagamento	(253.244)	84.447	-	(168.797)
Valores e créditos a receber com característica de concessão de crédito	(969)	(3.738)	-	(4.707)
Total no balanço	(3.136.884)	(2.502.901)	1.248.815	(4.390.970)
Limite	(166.986)	(2.110)	-	(169.097)
Crédito a Liberar	-	(112)	-	(112)
Garantia financeira	(1.988)	567	-	(1.421)
TVMs com característica de concessão de crédito	(24.214)	(12.741)	-	(36.955)
Total	(3.330.072)	(2.517.297)	1.248.815	(4.598.554)

(III) CONCILIAÇÃO CONTÁBIL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Estágio 1	01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write off	Aquisição / Liquidação	31/12/2025
Empréstimos	29.909.572	(256.684)	(553.453)	54.577	37.552	-	13.669.299	42.860.863
Financiamentos	15.230.286	(349.959)	(360.632)	125.559	11.733	-	9.889.239	24.546.225
Operações de Transações de Pagamento	8.922.530	(44.112)	(23.724)	73.445	9.071	-	2.121.710	11.058.920
Valores e créditos a receber com característica de concessão de crédito	74.474	-	-	-	-	-	380.245	454.720
Limite	9.855.272	(1.017)	(7.050)	22.356	5.407	-	22.940.428	32.815.397
Crédito a Liberar	-	-	-	-	-	-	46.347	46.347
Garantia financeira	92.329	-	-	-	-	-	356.205	448.534
TVMs com característica de concessão de crédito	902.984	(17.566)	(22.236)	-	-	-	2.163.695	3.026.876
Total	64.987.448	(669.339)	(967.095)	275.936	63.764	-	51.567.168	115.257.882
Estágio 2	01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write off	Aquisição / Liquidação	31/12/2025
Empréstimos	382.229	(54.577)	(157.223)	256.684	98.057	-	177.857	703.026
Financiamentos	464.630	(125.559)	(175.854)	349.959	3.272	-	97.959	614.407
Operações de Transações de Pagamento	160.147	(73.445)	(2.893)	44.112	300	-	(105.837)	22.385
Valores e créditos a receber com característica de concessão de crédito	-	-	-	-	-	-	541	541
Limite	41.186	(22.356)	(659)	1.017	79	-	(18.067)	1.199
TVMs com característica de concessão de crédito	-	-	-	17.566	-	-	(3.911)	13.655
Total	1.048.192	(275.936)	(336.630)	669.339	101.707	-	148.540	1.355.212
Estágio 3	01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write off	Aquisição / Liquidação	31/12/2025
Empréstimos	1.867.050	(37.553)	(98.057)	553.452	157.223	(1.189.863)	1.132.215	2.384.468
Financiamentos	431.151	(11.733)	(3.272)	360.632	175.854	(10.818)	32.162	973.976
Operações de Transações de Pagamento	15.191	(9.071)	(300)	23.724	2.893	-	(17.622)	14.814
Valores e créditos a receber com característica de concessão de crédito	1.139	-	-	-	-	-	4.195	5.334
Limite	8.554	(5.407)	(79)	7.050	659	-	2.583	13.360
Garantia financeira	-	-	-	-	-	-	1.311	1.311
TVMs com característica de concessão de crédito	11.099	-	-	22.236	-	-	5.208	38.543
Total	2.334.184	(63.765)	(101.707)	967.094	336.630	(1.200.681)	1.160.053	3.431.807

(IV) CONCILIAÇÃO CONTÁBIL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO – CONSOLIDADO DOS 3 ESTÁGIOS

Consolidado dos 3 Estágios	01/01/2025	Write off	Aquisição / Liquidação	31/12/2025
Empréstimos	32.158.851	(1.189.864)	14.979.369	45.948.357
Financiamentos	16.126.067	(10.818)	10.019.359	26.134.609
Operações de Transações de Pagamento	9.097.867	-	1.998.252	11.096.119
Valores e créditos a receber com característica de concessão de crédito	75.613	-	384.982	460.595
Limite	9.905.013	-	22.924.944	32.829.956
Crédito a Liberar	-	-	46.347	46.347
Garantia financeira	92.329	-	357.516	449.844
TVMs com característica de concessão de crédito	914.083	-	2.164.992	3.079.075
Total	68.369.824	(1.200.682)	52.875.760	120.044.902

8.2 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2025					
	Valor justo	Custo atualizado	de 90 a 365 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos
Livre	23.179.897	23.329.704	8.410.044	3.229.060	8.456.290	3.234.311
Títulos públicos federais	14.012.444	14.012.444	8.410.044	3.229.060	1.529.133	844.208
Títulos públicos - outros países	9.167.453	9.317.260	-	-	6.927.157	2.390.103
Total	23.179.897	23.329.704	8.410.044	3.229.060	8.456.290	3.234.311
Circulante	8.410.044					
Não Circulante	14.919.661					

8.3 TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

	31/12/2025						
	Valor justo	Custo atualizado	até 30 dias	de 31 a 90 dias	de 91 a 365 dias	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos
Total	11.614.933	11.614.933	2.340.759	39.119	10.282	3.477.790	5.746.983
Debentures	9.224.773	9.224.773	-	-	-	3.477.790	5.746.983
CPR - Cédula do Produto Rural	1.364.994	1.364.994	1.319.914	34.799	10.282	-	-
Nota Comercial	1.025.166	1.025.166	1.020.846	4.320	-	-	-
Total	11.614.933	11.614.933	2.340.759	39.119	10.282	3.477.790	5.746.983
Curto prazo		2.390.160					
Longo prazo		9.224.773					

8.4 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	31/12/2025
Valores a receber por intermediação	248.071
Reservas compulsórias no Banco Central	23.000
Demais depósitos no Banco Central	6.536.571
Títulos e créditos a receber - sem característica de concessão de crédito	713.568
Devedores diversos	12.793
Outros ativos financeiros	7.534.003
Circulante	6.999.023
Não circulante	534.980

9. OUTROS ATIVOS

	31/12/2025
Rendas a receber	198.927
Outros créditos - diversos (nota 9.1)	2.093.183
Outros valores e bens	107.525
Despesas antecipadas (i)	995.503
Total	3.395.138

Circulante **3.196.211**

Não circulante **198.927**

(i) Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de despesas antecipadas refere-se, substancialmente, a comissões pagas a terceiros por estruturação de operações com o mercado a serem reconhecidas pelo prazo dos contratos e o diferimento do custo da matéria prima do plástico utilizado para elaboração do cartão, após o desbloqueio pelo cliente.

9.1. OUTROS CRÉDITOS DIVERSOS

	31/12/2025
Adiantamentos e antecipações salariais	65.372
Adiantamentos para fornecedores	733.805
Valores a receber de sociedades ligadas	19.390
Valores a receber de correspondentes bancários	285.394
Devedores diversos	614.026
Impostos e contribuições a compensar	342.170
Depósitos judiciais	33.026
Total	2.093.183
Circulante	1.697.787
Não circulante	307.862

10. INVESTIMENTOS

	Movimentação dos investimentos				31/12/2025
	31/12/2024	Aquisição / aporte	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultado de participação	
No país					
NTK Solutions S.A.	730.481	-	-	67.880	798.361
C6 Corretora de Seguros S.A.	97.375	-	-	176.509	273.885
Ágio - C6 Corretora de Seguros S.A.	4.447	-	-	-	4.447
Total	832.304	-	-	244.389	1.076.693

RESUMO DAS INFORMAÇÕES DE COLIGADAS E CONTROLADAS

	31/12/2025		
	% Participação	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido
No país			
NTK Solutions S.A.	100%	798.361	67.880
C6 Corretora de Seguros S. A	100%	273.885	176.509

O Banco C6 S.A. avalia o investimento para teste de redução ao valor recuperável e em 31 de dezembro de 2025 e não foi identificada nenhuma indicação de redução ao valor recuperável.

De acordo com a Resolução CMN nº4.950/21, a NTK Solutions S.A. e a C6 Corretora de Seguros S.A. não integram o conglomerado prudencial do C6 Bank, por não desenvolverem atividades sujeitas à consolidação prudencial.

11. IMOBILIZADO

	31/12/2024	Aquisição / (Baixa)	Depreciação	31/12/2025
Sistemas de processamento de dados	58.805	(33)	-	58.772
Melhorias	109.302	10.792	-	120.094
Mobiliário e equipamento	35.228	13.814	-	49.042
Depreciação	(75.224)	-	(24.747)	(99.972)
Total	128.111	24.573	(24.747)	127.936

12. INTANGÍVEL

	31/12/2024	Aquisição / (Baixa)	Amortização	31/12/2025
Intangíveis	36.384	23.025	-	59.409
Amortização	(17.338)	-	(3.998)	(21.336)
Total	19.046	23.025	(3.998)	38.073

13. PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

	31/12/2025					Total
	até 90 dias	de 90 a 365 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Depósitos	19.869.648	16.402.161	36.504.798	5.401.692	2.890.702	81.069.001
Depósitos à Vista	2.051.024	-	-	-	-	2.051.024
Depósitos interfinanceiros	13.139	157.448	12.816	-	-	183.403
Depósitos a Prazo	7.202.941	16.244.713	36.491.982	5.401.692	2.890.702	68.232.030
Outros Depósitos (i)	10.602.544	-	-	-	-	10.602.544
Recursos de aceites e emissão de títulos	485.914	3.022.774	3.872.989	163.433	69.042	7.614.152
Letras financeiras	47.732	929.172	3.478.711	163.433	69.042	4.688.090
Letra de Crédito Imobiliário	339.826	769.004	75.399	-	-	1.184.229
Letra de Crédito do Agronegócio	98.356	1.324.598	318.879	-	-	1.741.833
Empréstimos	-	-	7.461.585	-	-	7.461.585
Empréstimos no Exterior	-	-	7.461.585	-	-	7.461.585
Total	20.355.562	19.424.935	47.839.372	5.565.125	2.959.744	96.144.738

Circulante **39.780.497**

Não circulante **56.364.241**

(i) Refere-se substancialmente a depósitos de clientes em contas de pagamento, os quais não estão sujeitos a remuneração e possuem liquidez imediata.

13.1 OBRIGAÇÃO POR CESSÃO DE CRÉDITO

	31/12/2025
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios	21.680.941
Total	21.680.941
Circulante	6.262.724
Não circulante	15.418.217

O C6 Bank realizou cessões de carteiras de operações de financiamento de veículos, com retenção substancial de riscos e benefícios, tendo em vista que o C6 Bank adquiriu as séries subordinadas das debêntures relacionadas a essas operações.

13.2 DIVIDAS SUBORDINADAS

Abaixo estão apresentadas as Letras Financeiras Subordinadas vigentes no período:

31/12/2025				
Emissão	Vencimento	Valor principal	Indexador (a.a.)	Saldo contábil
2021	2026	99.900	1,3% + CDI	177.145
2023	2033	2.000	9,78% + IPCA	2.223
2023	2033	600	15,05%	608
2023	2036	200.350	14,75%	275.657
2023	2050	60.000	14,50%	66.681
2023	perpétua	5.250	14,75%	5.807
2023	perpétua	301.700	10% + IPCA	396.767
2024	2032	300	8,8% IPCA	394
2024	2033	500	SOFR + 5,6%	2.759
2024	2034	250.000	6,85% + IPCA	288.816
2024	perpétua	45.000	7,85% + IPCA	43.938
2024	perpétua	69.550	9,52% + IPCA	70.520
2024	2050	437.484	3,7% CDI	401.597
2025	2035	18.500	16,7% a.a.	19.381
2025	2035	600.300	8,25%+IPCA	597.424
2025	2035	144.300	1,9% + CDI	152.062
2025	2036	355	17,7 a.a. %	409
2025	2039	500	17,7 a.a. %	577
2025	2040	432.460	17,7 a.a. %	499.421
Subtotal		2.669.049		3.002.186
	Valor justo			(73.787)
Total		2.669.049		2.928.398

13.3 OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

	31/12/2025
Operações compromissadas	6.160.551
Recebimentos de pagamentos a liquidar (i)	11.713.571
Obrigações vinculadas	2.646
Operações câmbio	129.034
Negociação e intermediação de valores	230.990
Outros passivos financeiros	18.236.792
Circulante	18.236.792
Não circulante	-

(i) Refere-se aos valores a pagar para a bandeira devido ao uso de cartão de crédito e débito por parte dos clientes do C6 Bank.

14. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES
PROVISÕES

As provisões registradas para processos em que a probabilidade de perda é provável e os montantes mensuráveis com suficiente segurança estão assim apresentados:

	31/12/2024	Adições	Pagamentos/ Reversões	31/12/2025
Ações trabalhistas	30.041	51.386	(30.190)	51.238
Ações cíveis	106.624	25.653	(4.318)	127.959
Total	136.665	77.039	(34.508)	179.197
Circulante	136.665			179.197
Não circulante	-			-

PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2025, o C6 Bank figurava como parte em processos cíveis no montante de R\$ 841.797, como parte em processos trabalhistas no montante de R\$ 141.085 e como parte em processos fiscais no montante de R\$ 110.857, com probabilidade de perda possível, os quais não são provisionados.

15. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2025
Contas a pagar de despesas com pessoal	101.963
Contas a pagar de despesas administrativas	122.729
Provisão de recursos vinculados a operações de créditos (i)	480.719
Provisão para participação nos lucros	244.087
Valores a pagar a sociedades ligadas	991
Provisão para pagamento a fornecedores	95.822
Provisão relacionada à programa de fidelidade	474.791
Provisão com plano de outorga de ações	97.903
Credores diversos	419.592
Outros	245.952
Total	2.334.375
Circulante	1.128.691
Não circulante	304.423

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025, o Capital Social é de R\$1.103.177, dividido em 1.941.959.092 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

16.2 RESERVA DE CAPITAL

Constituída de forma reflexa das reservas de capital de subsidiárias em decorrência das avaliações dos investimentos em coligadas e controladas pelo método de equivalência patrimonial. Transações de capital, que incluem mudanças na participação acionária em uma subsidiária que não resultam em perda de controle, e qualquer diferença entre o valor pago e o valor contábil do acionista não controlador de investidas são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, em reserva de capital.

16.3 RESERVA LEGAL

A reserva legal é de R\$ 58.062. Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

17. OUTORGA DE DIREITOS SOBRE INSTRUMENTOS PATRIMONIAIS

O Grupo C6 Bank possui planos de participação acionária para parceiros com o objetivo de engajá-los no processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo.

A movimentação do saldo de planos de pagamento com base em ações está apresentada na tabela abaixo:

	31/12/2024	Adições	Resgates	31/12/2025
Parceria	151.486	19.924	(25.195)	146.215
Total	151.486	19.924	(25.195)	146.215

Pagamentos baseados em ações no C6 Bank referem-se a transações com pagamento baseado em ações concedidas por entidades controladoras indiretas que possuem interesse econômico no C6 Bank, que é a entidade que recebe o serviço.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA DE IRPJ E CSLL

	31/12/2025
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.552.168
Encargo total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes	(1.148.476)
Efeitos no cálculo dos tributos decorrentes de:	
Participação em coligadas e controladas	110.347
Receitas não tributáveis	(1.460)
Juros sobre capital próprio	299.059
Receitas sobre juros não tributáveis	461.529
Incentivo inovação tecnológica	169.954
Outros valores	17.381
Encargos sobre efeitos no cálculo dos tributos	1.056.810
Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício	(91.666)
Efeitos de adições e exclusões temporárias no cálculo dos tributos:	
Provisão para participação nos lucros	17.091
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.801)
Provisão para contingências cíveis	9.751
Provisão para pagamentos	(22.850)
Marcação a mercado	(35.144)
Constituição/(Realização) dos impostos diferidos sobre adições e exclusões temporárias	(47.953)
Constituição/(Realização) dos impostos Correntes	(43.713)
Constituição/(Realização) de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	0

MOVIMENTAÇÃO DOS ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

	31/12/2024	Constituição	Realização/Baixa	31/12/2025
Crédito tributário ativado				
Provisão para participação nos lucros	92.384	106.649	(89.558)	109.475
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.258.760	1.749.797	(1.139.479)	2.869.078
Provisão para contingências cíveis	19.586	9.752	-	29.338
Provisão para pagamentos	174.292	92.270	(115.120)	151.442
Marcação a mercado	-	47.868	-	47.868
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	740.138	-	-	740.138
Total dos créditos tributários ativados	3.285.160	2.006.336	(1.344.157)	3.947.339
Impostos de renda	1.824.747			2.192.656
Contribuição social	1.459.232			1.753.609

Em 31 de dezembro de 2025, o C6 Bank possui o saldo de créditos não ativados de R\$ 449.466.

MOVIMENTAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS

	01/01/2025	Constituição	Realização	31/12/2025
Obrigações Fiscais Diferidas				
Marcação a mercado	(346.857)	(106.482)	346.857	(106.482)
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	(346.857)	(106.482)	346.857	(106.482)
Imposto de Renda		(192.691)		(59.157)
Contribuição Social		(154.140)		(47.325)

Em 31 de dezembro de 2025, a parcela de R\$ (1.464) corresponde ao crédito tributário referente ao ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, registrados em conta de patrimônio líquido.

EXPECTATIVA DE REALIZAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

	<u>31/12/2025</u>
Em 2026	1.267.677
Em 2027	829.851
Em 2028	723.101
Em 2029	417.045
A partir de 2030	709.665
Total de créditos tributários	3.947.340
Valor presente	3.133.337

O montante projetado para a realização dos créditos tributários é estimado com base no valor presente dos ativos fiscais diferidos considerando a taxa média de captação, observando as regras de perdas incorridas na recepção de créditos estabelecidas pelas Lei nº 14.467/2022 e Lei nº 15.078/2024.

OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES

	<u>31/12/2025</u>
IRPJ e CSLL correntes	6.328
Pis, Cofins e ISS correntes	38.362
Total	44.690
Circulante	44.690

19. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	<u>31/12/2025</u>	
	<u>2º semestre</u>	<u>Exercício</u>
Comissão sobre compras - intercâmbio	364.592	748.105
Serviços de custódia	25	155
Serviços de seguros e resseguros	276.396	459.627
Tarifas	532.745	986.428
Comissão de avais e fianças	1.947	3.333
Corretagens de operações em bolsas	9.593	19.519
Corretagens de câmbio	5.249	9.981
Serviços de cobrança	1.025	2.212
Total	1.191.572	2.229.360

20. DESPESAS COM PESSOAL

	<u>31/12/2025</u>	
	<u>2º semestre</u>	<u>Exercício</u>
Proventos	(305.802)	(592.624)
Encargos sociais	(102.070)	(186.111)
Benefícios	(92.741)	(175.672)
Honorários	(8.519)	(15.984)
Treinamentos	(959)	(2.495)
Total	(510.091)	(972.886)

21. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2025</u>	
	<u>2º semestre</u>	<u>Exercício</u>
Telecomunicações e processamento de dados	(432.063)	(799.688)
Serviços técnicos especializados	(228.510)	(485.266)
Propaganda e publicidade	(117.128)	(184.681)
Serviços do sistema financeiro	(55.936)	(103.738)
Outras despesas administrativas	(139.252)	(189.470)
Serviços de terceiros e consultorias	(153.424)	(307.305)
Total	(1.126.313)	(2.070.148)

22. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2025	
	2º semestre	Exercício
Varição cambial	(73.570)	8.984
Despesa de comissão	(224.744)	(338.580)
Serviços associados a transações de pagamentos	(11.276)	(23.937)
Despesas com plano de outorga de ações	(24.381)	(49.284)
Despesas de provisão para contingências	(5.437)	(25.792)
Outras receitas e despesas operacionais	121.596	360.359
Provisões	(15.165)	(31.500)
Total	(232.977)	(99.750)

23. PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas e seus produtos	31/12/2025
Ativo	
Coligadas e controladas	19.699
Valores a receber de sociedades ligadas	19.574
Outros ativos	125
Passivo	
Coligadas e controladas	156.314
Depósitos à vista	57.196
Depósitos à prazo	93.713
Outros passivos	5.405
Partes relacionadas e seus produtos	31/12/2025
Receitas	
Coligadas e controladas	1.239
Operações de crédito	1.204
Rendas antecipadas	35
Despesas	
Coligadas e controladas	126.930
Depósitos a prazo	(2.139)
Operações de captação no mercado	136.505
Despesas de captação	(7.436)

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração total do pessoal-chave da administração para o exercício foi de R\$ 28.291, sendo R\$ 7.122 considerado benefício de longo prazo e R\$ 21.169 considerado benefício de curto prazo.

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

A estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital do Conglomerado Prudencial reflete a estratégia e o modelo de negócios do Banco, sendo compatível com a natureza e a complexidade de suas operações e produtos. A gestão de risco e capital é realizada por uma área segregada das unidades operacionais de negócios, assegurando, dessa forma, a independência de suas operações. O C6 Bank gerencia de forma proativa os riscos inerentes às suas atividades, por entender que a continuidade dos seus negócios no longo prazo está diretamente relacionada ao adequado processo de controle desses riscos. A filosofia do banco é investir esforços significativos no entendimento da natureza e dos potenciais efeitos dos riscos assumidos, visando definir práticas adequadas à gestão dos negócios.

A gestão de riscos é disseminada a todos os níveis da organização, de forma que todos os colaboradores, a qualquer momento, possam identificar os potenciais riscos, assegurando, dessa forma, que estes sejam devidamente avaliados e geridos nas diferentes áreas do banco.

24.1 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

O C6 Bank elaborou estudos com base nas mudanças dos fatores macroeconômicos no cálculo da perda esperada de crédito. Os modelos de perda esperada usam três cenários diferentes: Base, Pessimista e Otimista. Esses cenários foram combinados ponderando suas probabilidades: 80%, 10% e 10% vinculando o maior peso ao cenário base e os menores pesos aos cenários mais extremos.

A avaliação desses cenários contemplou a inadimplência histórica e as seguintes variáveis macroeconômicas: Taxa Selic (taxa de juros), Produto Interno Bruto (PIB) e taxa de desemprego. A administração considera esses fatores macroeconômicos os mais relevantes no ambiente da economia brasileira, podendo resultar em um possível impacto na perda de crédito esperada.

O Banco C6 Consignado S.A. não possui sensibilidade atrelada, uma vez que não há ajustes macroeconômicos estressados aplicáveis na carteira de Crédito Consignado e de Crédito de Antecipação do Saque do FTGS. Esses créditos são integralmente garantidos pelo governo ou fundos governamentais, de modo que variações macroeconômicas não impactam a inadimplência.

A tabela a seguir mostra os possíveis impactos no cálculo da perda esperada de crédito dada a adoção de uma premissa de 100% de probabilidade para cada cenário.

31/12/2025				
Ativos Financeiros	Perdas Esperadas	Redução ou aumento de perda esperada		
		Cenário base	Cenário pessimista	Cenário otimista
138.239.604	(4.602.527)	(60.881)	(101.345)	(20.307)

24.2 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS CARTEIRAS

A análise de sensibilidade das carteiras permite avaliar o efeito dos movimentos relativos das curvas de mercado e dos preços dos ativos financeiros sobre as posições mantidas pelo C6 Bank. Nesse sentido, são empregados três cenários específicos:

Cenário I: Aplicação de choques de 1 ponto-base nas taxas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índice de taxas de juros, e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações, tanto de alta quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;

Cenário II: Aplicação de choques de 25% nas taxas das curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação, índices de taxas de juros e nos preços de moedas e ações, tanto de alta quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;

Cenário III: Aplicação de choques de 50% nas taxas das curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros e nos preços de moedas e ações, tanto de alta quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Exposições	Risco de Variação em:	31/12/2025		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Fatores de Risco				
Prefixado	Taxa de Juros Prefixada em Reais	(2)	(42)	(84)
Cupons Cambiais	Taxa dos Cupons de Moedas Estrangeiras	2	42	84
Moedas	Taxas de Câmbio	(1)	(13)	(27)
Cupom IPCA	Taxa dos Cupons de IPCA	(1)	(13)	(27)
Total Trading		(1)	(27)	(53)
Total Banking		(243)	(6.075)	(12.151)

Os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. O dinamismo do mercado e das carteiras faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição aqui demonstrada. Além disso, a Organização possui um processo de gestão contínua do risco de mercado, que procura, constantemente, formas de mitigar os riscos associados, de acordo com a estratégia determinada pela Alta Administração. Assim, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, visando maximizar a relação risco retorno para a Organização.

Os ativos financeiros mensurados ao valor de mercado (Notas 6 e 7) são representados por investimentos em títulos públicos brasileiros e instrumentos financeiros derivativos, classificados no Nível 1 na hierarquia do valor justo, cuja mensuração se dá pela observação de preços ativamente negociados no mercado; títulos privados, incluindo CRA classificadas no Nível 2 na hierarquia do valor justo, cuja mensuração se dá por técnica de avaliação que utiliza dados de mercado observáveis; e cotas de fundos de investimento, classificados no Nível 2 na hierarquia do valor justo, cuja mensuração se dá pela atualização do valor da cota divulgada por seus administradores.

24.3 GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Os requerimentos de capital do Conglomerado Prudencial são determinados com base no conjunto de regras emanadas pelo CMN e pelo BACEN que refletem, no Brasil, os padrões globais de requerimento de capital (BIS BACENS). Para calcular os requerimentos mínimos de capital, apura-se o montante total dos Ativos Ponderados por Risco (RWA) através da soma das parcelas dos Ativos Ponderados por Risco de Crédito, de Mercado e Operacional. O Conglomerado Prudencial utiliza as abordagens padronizadas para o cálculo dessas parcelas, consoante a regulamentação em vigor.

Conforme as Resoluções CMN nº 4.955/21 e 4.958/21, a exigência total de Patrimônio de Referência (PR) é de 10,5%, composta por 8,0% de Patrimônio de Referência Mínimo exigido e 2,5% de Adicional de Conservação de Capital Principal. O PR Nível I é de 8,5%, sendo que o Capital Principal Mínimo corresponde a 7,0%. Os indicadores de capital são apurados de forma consolidada, considerando as informações do Conglomerado Prudencial, de acordo com a definição estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/21.

	31/12/2025
Patrimônio de Referência	8.763.341
Nível I	6.477.104
Capital Principal ⁽¹⁾	5.938.562
Capital complementar	538.542
Nível II	2.286.237
Dívida Subordinada	2.286.237
Ativos ponderados pelo risco - RWA	66.803.525
Risco de Crédito (RWAcpad) ⁽²⁾	59.677.394
Risco de Mercado (RWAmpad)	485.968
Risco Operacional (RWAopad)	5.453.297
Risco de Serviços de pagamento (RWAasp)	1.186.866
Patrimônio de Referência mínimo requerido	5.344.282
Índice de Basileia (PR/RWA)	13,1%

O Relatório de Pilar 3 do Grupo C6 está disponível no site: www.c6Bank.com.br/documentos/

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

O C6 Bank possui acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/05, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.